



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA



OFÍCIO CIRCULAR Nº 01745/2025/CFO

Brasília, 09 de dezembro de 2025.

Aos

Presidentes dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal (CRO-DF), de Goiás (CRO-GO), de Minas Gerais (CRO-MG) e de São Paulo (CRO-SP) e Presidentes das respectivas Comissões Eleitorais

Assunto: Eleições on-line 2025

Senhores Presidentes,

Servimo-nos do presente para informar que o processo de compra nº 0873/2025, que trata da “contratação emergencial de empresa para fornecimento de serviço especializado em Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software web específico e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico para as eleições do ano de 2025 dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo”, restou frustrado.

Neste sentido, cumpre esclarecer que das três empresas consultadas, apenas uma enviou proposta manifestando interesse na contratação. As demais, declinaram informando não ter condições de atender em tempo hábil.

Ocorre que, muito embora a única proposta financeira recebida tenha se demonstrado vantajosa, eis que abaixo do preço médio estimado (pesquisa de mercado realizada por meio de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e contratações similares de outros órgãos), a empresa interessada, ao apresentar os documentos de habilitação, não logrou êxito

em atender os requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência em relação à qualificação técnica¹ e qualificação econômico-financeira².

Essas circunstâncias, por certo, impediram o prosseguimento da contratação e, conseqüentemente, tornaram inviável a realização do pleito eleitoral nas datas até então designadas – 12 de dezembro (1º turno) e 18 de dezembro (2º turno) –, motivo pelo qual será necessário novo adiamento.

Tal medida, ainda que possa gerar repercussão negativa, reforça o compromisso desta Diretoria com os princípios que regem a administração pública e, principalmente, o interesse em garantir a lisura e a segurança do pleito eleitoral. E para que isso seja viabilizado em tempo hábil, antes do término dos atuais mandatos, será adotado o seguinte planejamento (sua concretização, é claro, não depende apenas do CFO):

- 1) 10/12/2025 – publicação no site CFO e em diário oficial de aviso convocando fornecedores a participar do processo de contratação, oportunizando a ampla concorrência;

¹ O Termo de Referência, em seu item 5.1.3 exigia a comprovação da quantidade esperada de eleitores, em execução de serviços de natureza similar ao objeto desta licitação, por meio da internet, com efetivação mínima de 71.817 votantes, considerando que será uma eleição unificada apenas aos Regionais de SP, GO, DF e MG, número que representa metade dos aptos ao voto nos termos do quórum eleitoral para o primeiro turno, critério esse fixado no limite permitido pela Lei nº 14.133/2021. Contudo, a empresa interessada, dentro do prazo concedido, apresentou apenas um atestado de capacidade técnica comprovando o quantitativo de aproximadamente 43.000 votantes, ou seja, insuficiente para atender os requisitos do Termo de Referência. Muito embora a empresa tenha alegado que já executou serviços em quantitativos superiores ao exigido e que a apresentação dos respectivos atestados não foi possível em razão do prazo exíguo para emissão junto aos contratantes, certo é que a Lei nº 14.133/2021 não prevê a possibilidade de concessão de prazo para comprovação de habilitação técnica para momento posterior à assinatura do contrato.

² O Termo de Referência, em seu item 5.4.3 exigia a apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um). A empresa interessada, por sua vez, além de ter apresentado os documentos nos moldes exigidos somente em relação ao exercício de 2024, foi identificado pelo departamento de contabilidade que os índices financeiros, todos, sem execução, não alcançaram o patamar mínimo exigido.

- 2) 15/12/2025 (8h) – data e horário limite para que os interessados enviem suas propostas, já acompanhadas de todos os documentos de habilitação;
- 3) 15/12/2025 (18h) – divulgação do vencedor, com base no critério de julgamento menor preço, desde que atendidas as especificações técnicas mínimas exigidas no Termo de Referência;
- 4) 15/12/2025 (20h) – assinatura do instrumento contratual e reunião de alinhamento operacional entre equipes técnicas do CFO e empresa contratada;
- 5) 16/12/2025 (12h) – fornecimento de orientações às comissões de eleitorais quanto ao sistema contratado e saneamento de eventuais dúvidas;
- 6) 16/12/2025 (15h) – divulgação de cartilha contendo orientações aos eleitores;
- 7) 17/12/2025 (até 23h59min) – envio das senhas aos eleitores aptos ao voto;
- 8) 19/12/2025 (00h00min) – abertura da votação do primeiro turno;
- 9) 20/12/2025 (até 23h59min) – divulgação dos resultados e envio das senhas aos eleitores aptos ao voto nas hipóteses em que ocorrer segundo turno;
- 10) 22/12/2025 (00h00min) – abertura da votação do segundo turno;
- 11) 23/12/2025 – divulgação do resultado e início da contagem do prazo de 72h para interposição de eventuais recursos;
- 12) 26/12/2025 – término do prazo recursal e abertura de prazo de 72h para contrarrazões;
- 13) 29/12/2025 – término do prazo para contrarrazões;
- 14) 30/12/2025 – julgamento e homologação do resultado.

É importante frisar que antes da deflagração do processo de contratação emergencial, o CFO buscou alternativas juntos aos TREs do Pará e de Santa Catarina. Porém, em virtude do recesso forense que se aproxima, bem como da necessidade de requerimento prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restou inviável a realização do pleito no corrente ano por meio destes órgãos. Inobstante isso, em momento oportuno, esta Diretoria pretende

OF.CFO-
-continuação-

-2-

formular consulta para viabilizar que os próximos pleitos eleitorais sejam conduzidos pelos sistemas dos TREs.

Por fim, cumpre registrar que a hipótese da contratação da tecnologia oferecida pela Universidade Federal de Santa Catarina restou descartada por esta Diretoria, ao menos neste momento, pelos seguintes motivos: 1) a contratação foi indicada e requerida formalmente por um dos candidatos que concorre ao pleito eleitoral, circunstância passível de gerar uma série de questionamentos dos demais concorrentes, como por exemplo, violação ao princípio da isonomia; 2) em pesquisa preliminar realizada em dados/documentos disponíveis na rede mundial de computadores, foram localizados relatórios de auditorias que tratam da análise do sistema *Helio Voting* (mesmo adotado pela UFSC) em eleições promovidas por outros órgãos públicos, onde foram relatadas falhas, circunstâncias que serão objeto de manifestação específica, com o detalhamento de todas as informações.

Sendo estas as informações e deliberações pertinentes ao momento, reforçamos que o único compromisso desta Diretoria é garantir a lisura e segurança do processo democrático, bem como a igualdade de condições para aqueles que participam da disputa.

Atenciosamente,



ROMILDO JOSÉ DE SIQUEIRA BRINGEL, CD
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO